

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

DIRETORIA MUNICIPAL DE SAÚDE

www.montesiao.mg.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Contratação através de licitação para aquisição dos itens que fracassaram ,conforme processos em anexo, nos termos da TABELA ATA MUNICIPAL anexas pertencentes a este processo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

TABELA DOS MEDICAMENTOS

Código	Descrição	Complemento	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
633.001.920	Acetato de Noretisterona 0,5 mg + estradiol 1,0 mg - comprimido.	Comprimido	672	R\$ 14,70	R\$ 9.878,40
633.001.027	Ácido Tranexâmico 250mg/ 5 ml solução injetável IV	Ampola	750	R\$ 5,63	R\$ 4.222,50
633.002.524	Actilyse 50mg, caixa com 1 frasco-ampola com pó para solução de uso intravenoso + 1 frasco com 50mL de diluente + 1 cânula	Frasco	8	R\$ 3.337,15	R\$ 26.697,20
633.001.446	Benzilpenicilina procaína + benzil potássica (despaciлина) 400.000	Frasco	500	R\$ 8,73	R\$ 4.365,00
633.001.126	Benzoato de benzila, 25% - frasco 100 ml	Frasco	200	R\$ 7,59	R\$ 1.518,00
633.001.135	Bicarbonato de Sódio 8,4 % 10 ml - frasco.	Frasco	400	R\$ 1,258	R\$ 503,20
633.002.473	Brometo de rocurônio - Solução injetável 10 mg/mL - frasco-ampola de 5 mL	Frasco	50	R\$ 14,18	R\$ 709,00
633.001.145	Brometo N-Butilescopolamina + dipirona sodica 6,67mg/ml+333,4mg/ml gotas - frasco.	Frasco	1.200	R\$ 12,93	R\$ 15.516,00
633.001.148	Bromidrato de Fenoterol, 5,0 mg/ml, solução para nebulização (gotas) – frasco 20 ml	Frasco	460	R\$ 22,80	R\$ 10.488,00
633.002.419	Budesonida 50 mcg - 120 doses - frasco.	Frasco	1.850	R\$ 39,49	R\$ 73.056,50
633.001.191	Carvão Ativado em Po. 250 g - pote.	Unidade	1	R\$ 59,67	R\$ 59,67
633.001.208	Cefalexina 50 mg/ml – po para suspensão oral – frasco 60 ml	Frasco	1.000	R\$ 15,21	R\$ 15.210,00
633.001.202	Cefalexina 500 mg - comprimido	Comprimido	38.000	R\$ 1,04	R\$ 39.520,00
633.001.217	Ceftriaxona sódica 1 g + lidocaína 1% solução injetável IM - Pó para solução injetável para administração intramuscular (IM) 1g: embalagens com 1 frasco-ampola contendo o equivalente a 1 g de ceftriaxona e 1 ampola de solução diluente (lidocaína 1%) com 3,5 mL.	Frasco	5.100	R\$ 8,71	R\$ 44.421,00
633.001.226	Cetoprofeno 100mg IV injetável - frasco.	Frasco	4.000	R\$ 5,02	R\$ 20.080,00
633.002.330	Citidina+uridina+hidroxocobalamina 2,5 mg+1,5 mg+1,0 mg - cápsula.	Capsula	360	R\$ 2,95	R\$ 1.062,00
770.001.005	Clobazam 10 mg - comprimido.	Comprimido	600	R\$ 0,90	R\$ 540,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

DIRETORIA MUNICIPAL DE SAÚDE

www.montesiao.mg.gov.br

633.001.239	Citrato de Fentanila 50 µg/ml solução injetável 5ml	Ampola	500	R\$ 5,74	R\$ 2.870,00
770.001.006	Clobazam 20 mg - comprimido.	Comprimido	720	R\$ 1,94	R\$ 1.396,80
633.001.009	Cloranfenicol;aminoácidos;acetato de retinol;metionina 10.000 UI/g + 25 mg/g + 5 mg/g + 5 mg/g pomada oftálmica 3,5 g	Bisnaga	430	R\$ 18,48	R\$ 7.946,40
633.001.264	Cloreto de Sódio 20% 10ml injetável - ampola.	Ampola	400	R\$ 0,735	R\$ 294,00
633.001.271	Cloreto de Suxametônio 100 mg - frasco.	Frasco	200	R\$ 30,09	R\$ 6.018,00
633.001.272	Cloreto de Suxametônio 500 mg - frasco.	Frasco	50	R\$ 30,09	R\$ 1.504,50
633.001.310	Cloridrato de Amiodarona 50 mg/ml injetável - ampola.	Ampola	400	R\$ 4,19	R\$ 1.676,00
770.001.011	Cloridrato de Biperideno 2 mg - comprimido	Comprimido	21.000	R\$ 0,79	R\$ 16.590,00
770.001.015	Cloridrato de Clorpromazina 25 mg - comprimido	Comprimido	7.000	R\$ 0,51	R\$ 3.570,00
770.001.016	Cloridrato de Clorpromazina 5mg/ml 5ml injetável - ampola.	Ampola	250	R\$ 2,51	R\$ 627,50
633.002.474	Cloridrato de Dexmedetomidina Injetável 100 mcg/mL - frasco- ampola de 2 mL	Frasco	50	R\$ 8,43	R\$ 421,50
633.001.384	Cloridrato de Dopamina 50 mg/10 ml injetável - ampola.	Ampola	250	R\$ 5,90	R\$ 1.475,00
633.001.390	Cloridrato de Hidralazina 20mg/ml injetável	Ampola	200	R\$ 7,57	R\$ 1.514,00
633.001.686	Cloridrato de Hidralazina 25 mg - comprimido	Comprimido	10.000	R\$ 0,56	R\$ 5.600,00
633.001.343	Cloridrato de Hidralazina 50 mg - comprimido	Comprimido	13.000	R\$ 0,77	R\$ 10.010,00
770.001.021	Cloridrato de Imipramina 25 mg - comprimido	Comprimido	12.000	R\$ 0,59	R\$ 7.080,00
633.001.347	Cloridrato de Lidocaína 10% spray	Frasco	32	R\$ 117,33	R\$ 3.754,56
633.001.350	Cloridrato de Lidocaína 2% sem vasoconstritor 20ml - frasco.	Frasco	500	R\$ 6,44	R\$ 3.220,00
633.002.601	Cloridrato de Metformina XR 500Mg, Comprimidos Liberação Prolongada	Comprimido	180.000	R\$ 0,84	R\$ 151.200,00
633.001.359	Cloridrato de Naloxona, solucao inj. de 0,04 mg/ml	Frasco	10	R\$ 14,64	R\$ 146,40
770.001.025	Cloridrato de Nortriptilina 25 mg - capsula	Capsula	12.000	R\$ 0,61	R\$ 7.320,00
633.002.672	Cloridrato de Oxibuprocaina 4mg/ml+benoxinato 10ml - Solução oftálmica	frasco	15	R\$ 24,83	R\$ 372,45
633.001.427	Cloridrato de Petidina 50 mg/ml sol. Inj. Amp.vd 2 ml - ampola.	Ampola	100	R\$ 6,50	R\$ 650,00
633.001.367	Cloridrato de Prometazina 25 mg injetável	Ampola	3.000	R\$ 4,61	R\$ 13.830,00
770.001.034	Decanoato de Haloperidol, 50mg/ml – solucao injetável – ampola 1 ml	Ampola	150	R\$ 8,54	R\$ 1.281,00
633.001.442	Deslanosido 0,2 mg/ml injetável - ampola.	Ampola	100	R\$ 3,56	R\$ 356,00
633.002.408	Dextrocetamina 50mg/ml 2ml solução injetável - ampola.	Ampola	100	R\$ 19,92	R\$ 1.992,00
633.001.487	Dinitrato de Isossorbida sublingual 5mg - comprimido.	Comprimido	1.250	R\$ 0,45	R\$ 562,50
633.002.282	Diosmin SDU sachê	unidade	360	R\$ 5,46	R\$ 1.965,60



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

DIRETORIA MUNICIPAL DE SAÚDE

www.montesiao.mg.gov.br

633.001.516	Dipropionato de Beclometasona 50 mcg – aerossol oral- 200 doses – 10 ml	Frasco	200	R\$ 37,59	R\$ 7.518,00
770.001.038	Etomidato 2 mg/ml sol. injetável. Ampolas de 10 ml.	Ampola	100	R\$ 17,43	R\$ 1.743,00
770.001.039	Fenitoina sódica 100 mg - comprimido	Comprimido	21.000	R\$ 0,17	R\$ 3.570,00
770.001.040	Fenitoina Sódica 50 mg/ml 5 ml injetável - ampola	Ampola	250	R\$ 3,56	R\$ 890,00
770.001.042	Fenobarbital Sódico 200 mg injetável - ampola.	Ampola	250	R\$ 2,95	R\$ 737,50
770.001.043	Fenobarbital sódico 40 mg/ml – solução oral – 20 ml	Frasco	120	R\$ 6,82	R\$ 818,40
770.001.044	Fosfato Codeína, associado á Paracetamol, 30mg+500mg - comprimido	Comprimido	19.200	R\$ 1,99	R\$ 38.208,00
633.001.619	Fosfato de Sitagliptina + Cloridrato de Metformina 50mg + 1000mg - comprimido.	Comprimido	616	R\$ 6,74	R\$ 4.151,84
633.001.621	Fosfato de Sódio Monobásico+Fosfato Sódio Dibásico 130ml - frasco.	Frasco	300	R\$ 10,07	R\$ 3.021,00
633.001.636	Galvus 50 mg - comprimido	Comprimido	2.240	R\$ 4,57	R\$ 10.236,80
633.001.639	Gel Hidratante com Alginato de Cálcio e Sódio- Tubo 85g	Bisnaga	250	R\$ 19,35	R\$ 4.837,50
633.001.651	Glicosamina, associada com condroitina, em sais sulfatos, 1,5 g+1,2g, pó oral - unid.	unidade	720	R\$ 6,61	R\$ 4.759,20
770.001.048	Haloperidol 1 mg - comprimido	Comprimido	12.000	R\$ 0,42	R\$ 5.040,00
770.001.046	Haloperidol 2 mg/ml – 20 ml - frasco	Frasco	100	R\$ 6,64	R\$ 664,00
770.001.051	Hemitartarato zolpidem 10 mg - comprimido.	Comprimido	720	R\$ 1,76	R\$ 1.267,20
633.001.705	Hylo Gel 0,2% Colírio fr 10 ml	Frasco	34	R\$ 113,72	R\$ 3.866,48
633.001.723	Insulina Glargina 100 UI/ ml, injetável – frasco 10 ml	Frasco	50	R\$ 351,00	R\$ 17.550,00
633.002.599	Jardiance 25 mg comprimidos revestidos	Comprimido	360	R\$ 9,54	R\$ 3.434,40
633.001.781	Levotiroxina sódica 25 mcg - comprimido	Comprimido	90.000	R\$ 0,32	R\$ 28.800,00
633.002.387	Litocit 10 mEq (citrato de potássio monoidratado)	Comprimido	720	R\$ 1,33	R\$ 957,60
633.001.845	Meropeném tri-hidratado - Pó liofilizado para solução injetável 1g	Frasco	300	R\$ 19,89	R\$ 5.967,00
633.001.846	Metalyse 40 mg (8000U) - frasco.	Frasco	10	R\$ 6.954,86	R\$ 69.548,60
633.001.871	Mononitrato de Isossorbida 40 mg - comprimido	Comprimido	3.900	R\$ 0,57	R\$ 2.223,00
633.002.334	Neovit lutein - comprimido.	Comprimido	360	R\$ 7,92	R\$ 2.851,20
633.001.897	Nimodipino 30 mg comprimido revestido	Comprimido	90	R\$ 0,92	R\$ 82,80
633.001.904	Nitrato de Cério 0,4% + Sulfadiazina de Prata 1% creme 50g	Bisnaga	100	R\$ 85,28	R\$ 8.528,00
633.001.910	Nitrato de Miconazol 20 mg/g – creme vaginal – 80 g – com 14 aplicadores	Bisnaga	200	R\$ 9,63	R\$ 1.926,00
633.002.407	Nitroglicerina 5mg/ml 5ml solução injetável - ampola.	Ampola	100	R\$ 45,73	R\$ 4.573,00
633.001.919	Noretisterona + estradiol enantato/valerato 50+5mg/ml solução injetável - unid.	Frasco	700	R\$ 29,12	R\$ 20.384,00
633.001.930	Omeprazol IV 40mg injetável - frasco.	Frasco	3.000	R\$ 21,99	R\$ 65.970,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

DIRETORIA MUNICIPAL DE SAÚDE

www.montesiao.mg.gov.br

633.001.979	Prednisolona 5 mg - comprimido	Comprimido	24.000	R\$ 0,60	R\$ 14.400,00
633.001.996	Propofol 10 mg/ml. Emulsão Injetável Intravenosa 10 mg/mL - ampola.	Ampola	400	R\$ 21,89	R\$ 8.756,00
633.001.332	Seretide 25mcg/125mcg/dose - 120 doses - frasco.	Frasco	12	R\$ 207,81	R\$ 2.493,72
633.002.090	Solução de Glicose à 5%+Cloreto de Sódio 0,9% 500 ml - frasco.	Frasco	1.000	R\$ 7,90	R\$ 7.900,00
633.002.127	Sulfato de Amicacina 500mg 2ml injetável.	Ampola	500	R\$ 5,01	R\$ 2.505,00
633.002.131	Sulfato de Magnésio 50% injetável 10 ml - ampola.	Ampola	200	R\$ 6,56	R\$ 1.312,00
633.002.133	Sulfato de Morfina 10 mg/ml injetável - ampola.	Ampola	600	R\$ 3,46	R\$ 2.076,00
633.002.139	Sulfato de Terbutalina 0,5mg/ml injetável - ampola.	Ampola	100	R\$ 2,50	R\$ 250,00
770.001.072	Valproato de sódio 50 mg/ml xpe 100 ml - frasco.	Frasco	600	R\$ 10,74	R\$ 6.444,00
770.001.073	Valproato de Sódio 500 mg - comprimido	Comprimido	30.000	R\$ 0,83	R\$ 24.900,00
633.002.217	Vitamina C 500 mg/ml Injetável - ampola.	Ampola	4.050	R\$ 8,71	R\$ 44.421,00

Valor Total: R\$ 922.224,22

1.1. O(s) medicamento(s) objeto desta contratação são caracterizados como essenciais, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Os critérios de sustentabilidade devem se basear no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

A Diretoria de Saúde realizará o pedido de empenho (AE) e posteriormente após a realização da AE encaminhará a Ordem de Fornecimento (AF) para a empresa vencedora.

Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, a ser demonstrada mediante apresentação de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

DIRETORIA MUNICIPAL DE SAÚDE

www.montesiao.mg.gov.br

1.) Alvará Sanitário ou Licença Sanitária/Licença de Funcionamento, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, em vigor, em nome da licitante ou fabricante, ou documento público que certifique/declare que a licitante é isenta nos termos de normatização do seu Estado;

2.) Autorização de Funcionamento expedida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em nome da licitante ou fabricante.

3) O TR tratá mais subsídios relacionados com a comprovação de aptidão.

5.2. Só será admitida a ferta de produtos previamente notificados/registrados na ANVISA, conforme a Lei nº 6360, de 1976 e Decreto nº 8077, 2013;

4) A contrata deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC nº 497, de 20 de maio de 2021.

5) Os produtos deverão ter validade de no mínimo 3/4 (três quartos) de validade útil do prazo total da validade do produto, a partir da data de entrega do produto.

6) O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) no prazo máximo de até 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento (OF).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias, mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início do fornecimento, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter todas as condições de habilitações durante todo o período do contrato pela Diretoria de Saúde.

Rotinas de Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#));

6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

DIRETORIA MUNICIPAL DE SAÚDE

www.montesiao.mg.gov.br

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.16. O preposto deverá **após** assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.17. A contratada poderá apresentar justificativa para o fornecimento com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.18. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade do fornecimento em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.19. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade do fornecimento por ela realizada.

6.20. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade do fornecimento.

6.21. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso – item 1.1 deste termo.

6.22. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, sendo que na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.23. Para efeito de recebimento pelos produtos entregue, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade do fornecimento em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

6.24. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.25. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.26. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.27. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

DIRETORIA MUNICIPAL DE SAÚDE

www.montesiao.mg.gov.br

Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** acima deverão ser apresentados.

A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 0 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

DIRETORIA MUNICIPAL DE SAÚDE

www.montesiao.mg.gov.br

Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.

O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

Para efeito de recebimento pelos serviços a serem contratados na ata de registro de preços, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

Gestor do Contrato

6.28. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.29. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.30. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.31. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.32. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.33. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.34. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto será realizada por meio de **relatório do fiscal do contrato** definido pelo departamento.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

não produzir os resultados acordados,

deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

DIRETORIA MUNICIPAL DE SAÚDE

www.montesiao.mg.gov.br

deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

A efetiva prestação do serviço.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos pelos fiscais técnico, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#)).

7.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. Para efeito de recebimento dos serviços prestados:

o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.10. A fiscalização não efetuará o ateste da medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas como falha na prestação do serviço ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.13. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.14. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.15. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.16. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de vinte dias úteis para fins de liquidação.

7.17. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.18. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

DIRETORIA MUNICIPAL DE SAÚDE

www.montesiao.mg.gov.br

eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.19. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.20. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.21. A Administração deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.22. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.23. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.24. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.25. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

7.26. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até vinte dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

7.27. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.28. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.29. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.30. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.31. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO para Registro de preços.

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será Registro de preços.

8.2.1 apresentar Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA; Além disso, informa-se



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

DIRETORIA MUNICIPAL DE SAÚDE

www.montesiao.mg.gov.br

que todos os regulamentos técnicos que citavam a necessidade de cumprimento da RDC 16/2013 e da IN 8/2013, passam, automaticamente, a contar com a necessidade de cumprimento da **RDC 665/2022**.

8.2.2 A contratada deverá apresentar a Declaração do Detentor de Registro (DDR), na forma da RDC 81, de 5 de novembro de 2018 e RDC 103, de 31 de agosto de 2016, quando for o caso de importação de medicamentos feita por um terceiro e não pelo detentor do registro do medicamento da ANVISA.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

DIRETORIA MUNICIPAL DE SAÚDE

www.montesiao.mg.gov.br

Qualificação Econômico-Financeira

8.19. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ou de sociedade simples;

8.20. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.21. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.22. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.23. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.24. Autorização de Fornecimento (AFE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA;

8.25. A Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente.

Qualificação Técnico-Operacional

8.26. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, **quando for o caso**.

8.27. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

8.28. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

8.29. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.30. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.31. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

Qualificação Técnico-Profissional

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 922.224,22 (novecentos e vinte e dois mil duzentos e vinte e quatro reais e vinte e dois centavos)



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

DIRETORIA MUNICIPAL DE SAÚDE

www.montesiao.mg.gov.br

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

10.3. Programa 0007: SAÚDE PREVINIDA POPULAÇÃO SAUDAVEL

10.4. Ação 2018: MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ATENCAO BASICA

10.5. Ficha 611: Material de Consumo

10.6. Saldo R\$186.350,10

10.7 Programa 0007: SAÚDE PREVINIDA POPULAÇÃO SAUDAVEL

10.8 Ação 2018: MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ATENCAO BASICA

10.9 Ficha 612: Material de Consumo

10.10 Saldo R\$ 22.658,53

10.11 Programa 0008 FARMÁCIA POPULAR MEDICAMENTOS PARA TODOS

10.12 Ação 2143 AQUISICAO DE MEDICAMENTOS - ATENCAO BASICA

10.13 Ficha 711 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

10.14 Saldo R\$ 12.159,37

10.15 Programa 0008 FARMÁCIA POPULAR MEDICAMENTOS PARA TODOS

10.16 Ação 2144 AQUISICAO DE MEDICAMENTOS MEDIA COMPLEXIDADE

10.17 Ficha 714 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

10.18 Saldo R\$ 10.866,82

10.19 Programa 0008 FARMÁCIA POPULAR MEDICAMENTOS PARA TODOS

10.20 Ação 2454 AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - ATENÇÃO BÁSICA - EC 132/2023

10.21 Ficha 900 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

10.22 Saldo R\$ 7.233,46

10.23 Programa 0015 SAÚDE PARA TODOS

10.24 Ação 2008 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - MEDIA COMPLEXIDADE

10.25 Ficha 909 Material de Consumo

10.26 Saldo R\$ 7.500,24

10.27 Programa 0015 SAÚDE PARA TODOS

10.28 Ação 2462 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - PA - LC 172-2024

10.29 Ficha 964 Material de Consumo

10.30 Saldo R\$ 315.248,30

10.31 Programa 0008 FARMÁCIA POPULAR MEDICAMENTOS PARA TODOS

10.35 Ação 2461 AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO - LC 172-2020

10.36 Ficha 965 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

10.37 Saldo R\$ 186.528,38



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

DIRETORIA MUNICIPAL DE SAÚDE

www.montesiao.mg.gov.br

10.38 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Área solicitante: Rafael Batista de Souza

Área técnica: Maria Imaculada C. S. Melo

Carla Cristina Graciano

Área de contratação: Gabriel Vaz Rodrigues

Fiscal do contrato: Carla Cristina Graciano





PREFEITURA DE MONTE SIÃO

RUA MAURÍCIO ZUCATO, N 111 - CENTRO - CNPJ: 22.646.525/0001-31

MONTE SIÃO/MG - CEP 37580-000

FONE: (35) 3465 3053



CÓDIGO DE ACESSO

7457B68D73E1429C9BEC096750F7C023

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://montesiaopmflowdocs.sgpcloud.net:8092/public/assinaturas/7457B68D73E1429C9BEC096750F7C023>